

Entusiasmo inicial dá lugar a dúvida sobre papel dos bancos

Alan Wheatley
Reuter

WASHINGTON — A entusiasmada reação inicial ao plano do secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, para reduzir a dívida do Terceiro Mundo está dando lugar a uma série de preocupações que sugerem sua considerável alteração. Apesar de continuarem aplaudindo a conversão de Washington à tese da redução da dívida, alguns funcionários e legisladores preocupam-se com a possibilidade de o plano não progredir e de os organismos multilaterais de crédito acabarem indiretamente por tomar o lugar dos bancos credores.

“Brady abriu caminho para certas coisas que os demais países do Grupo dos Sete podem não gostar”, um funcionário europeu baseado em Washington admite. O Plano Brady prevê que 1) o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial emprestem dinheiro aos devedores para que estes comprem, a preços do mercado secundário, títulos de sua dívida; 2) as duas instituições avalizem novos títulos de menor valor oferecidos pelos devedores em troca da dívida antiga. O pagamento de juros teria o apoio ou a garantia durante um ano. Se o devedor não tivesse como honrar os pagamentos, pediria emprestado ao FMI e ao Bird, que o retirariam de um fundo especialmente criado para isso.

Funcionários do Departamento do Tesouro afirmam que não se tinha em mente necessariamente uma garantia e insistem que o plano visa a interromper a atual transferência gradual do risco do setor privado para o público. Algumas pessoas, no entanto, têm dúvidas. “Se o

maior envolvimento do FMI ou do Bird visar ao afastamento dos bancos credores, estaremos ingressando em terreno perigoso”, alerta o ministro das Finanças da Holanda, Onno Ruding. Um funcionário do governo britânico acrescenta: “É difícil entender de outra forma. Não existem novos mecanismos no Plano Brady que impeçam a transferência do risco.”

Bancos — Na base deste raciocínio há o temor de que, a menos que tenham garantias, os bancos irão recusar aplicar seu dinheiro depois de terem sido induzidos a darem baixa numa grande parcela da dívida antiga. Alguns banqueiros — ansiosos por manter o processo voluntário de redução da dívida, de forma que eles possam continuar lançando os empréstimos pelo valor de face nos balanços — apontaram esta falha no plano. “Há uma inconsistência fundamental entre tirar vantagem e emprestar dinheiro novo”, disse um banqueiro nova-iorquino.

Alguns legisladores, ao contrário, temem que o plano seja voluntário demais e tímido demais para oferecer uma saída para a década perdida pela América Latina, região de grande importância político-econômica para os Estados Unidos. O senador americano Bob Graham admite ter ficado deprimido com a falta de visão do plano que, em sua opinião, não representa um avanço: “Temo que nos deram outra pedra e nos disseram para tirar água dela.”

Tempo é fundamental. Com as eleições programadas em vários países latino-americanos — inclusive Brasil e Argentina —, funcionários americanos querem que o plano seja colocado em prática rapidamente de forma a afastar os popu-

listas e seu tratamento mais radical da dívida. “Não há garantias de que o perdão virá rápido o bastante para a América Latina”, admitiu um funcionário do governo Bush.

Ainda assim, como assegurou o subsecretário David Mulford ao Congresso, existem riscos na rapidez. “A redução da dívida não pode ser enfatizada ao ponto de desprezar o dinheiro novo”, afirmou Mulford. Também não está claro se sob o Plano Brady países como a Colômbia, que vem evitando refinanciar a dívida e a adotar os programas de ajustes do FMI, se qualificarão para os empréstimos de redução dos débitos. Outro problema é que o plano pode ser um incentivo para os países atrasarem as reformas econômicas de forma a baixar a dívida.

“O que se prevê é que um país como o Brasil entrará em moratória de forma a obter um acordo mais interessante com os bancos, segurando o pagamento dos juros por um ano ou dois até que possa comprar de uma só vez seus débitos a preços muito baixos”, imagina Rudiger Dornbusch, professor do Instituto Tecnológico de Massachusetts.

Nas palavras de um graduado funcionário da área monetária, todas essas dúvidas e perguntas conduzem a “uma turbulência benvinda”. As idéias de Brady só podem ser benvindas porque quebraram um padrão de sete anos. “Já era tempo de alguém falar em alívio da dívida e encorajar os bancos a agirem”, constata um funcionário do governo Bush. O embaixador de um grande devedor latino-americano em Washington concorda: “O elemento mais importante é que houve uma mudança. É um avanço conceitual muito importante.”